

***Mi Querido General Perón:* imaginários populares no Primeiro Peronismo (1946-1955)**

Mayra Coan Lago
Doutoranda no PPGHS-FFLCH-USP
mcoann@hotmail.com

Nosso objetivo neste trabalho inicial é estudar a construção de imaginários sociais pelos trabalhadores durante o Primeiro Peronismo a partir das cartas enviadas a Juan Domingo Perón, por ocasião da promulgação dos Planos Quinquenais, entre os anos 1946-1955.

Antes de tratarmos das cartas, vale dizer que a prática epistolar durante o Primeiro Peronismo deve ser compreendida levando em consideração três aspectos mais amplos, os quais mencionaremos a seguir. O primeiro que deve ser assinalado é a relação direta que foi construída por Perón, enquanto Secretário de Trabalho e Previdência, e pelos trabalhadores que apoiavam as políticas do autointitulado governo da “Revolução Nacional” de 1943. Como procuramos demonstrar em outros trabalhos¹, a partir deste cargo, Perón pretendia ser o mediador entre os trabalhadores e o Estado. Assim, esta relação era composta por reuniões com trabalhadores e visitas de Perón aos seus locais de trabalho, o que contribuiria para a sustentação da imagem pretendida.

O segundo é que, no Arquivo Nacional argentino, já encontramos cartas para Perón do período mencionado, entre os anos 1944-1945, momento em que os trabalhadores já faziam solicitações, enviavam suas demandas e cobravam determinadas ações do Secretário. Este aspecto revela que a prática epistolar entre Perón e os trabalhadores é anterior ao período comumente conhecido como Primeiro Peronismo (1946-1955), como parte da relação própria que construiu e alimentou com estes trabalhadores.

O terceiro aspecto é lembrar a participação e a importância dos trabalhadores em momentos históricos como o 17 de outubro de 1945 e o apoio à candidatura de Perón como presidente, pelo Partido Laborista, e, já no primeiro governo, como principal base de apoio popular. Consideramos que a menção dos três aspectos contribui para uma melhor compreensão da quantidade de cartas recebidas, das

demandas e aspirações destas cartas, tal como das formas utilizadas para se dirigir à Perón.

Com relação às cartas estudadas, sua escrita e o envio estão inseridos em dois momentos principais do Primeiro Peronismo: em 1946, após a apresentação do Primeiro Plano Quinquenal no Parlamento, no dia 21 de outubro de 1946; e em 1951, após o discurso político de Perón do dia 3 de dezembro de 1951, irradiado em cadeia nacional de rádio, cujo tema era *Perón quiere saber lo que su pueblo necesita*. Embora estes sejam os marcos, a escrita e o recebimento de cartas ocorreu durante todo o Primeiro Peronismo, como o próprio marco temporal deste trabalho revela.

É preciso fazer uma distinção entre estes dois momentos: no primeiro Perón solicita os comentários dos argentinos e, em especial, dos trabalhadores sobre um plano que já tinha sido divulgado, enquanto no segundo momento, como o próprio título do discurso revela, Perón convida o povo argentino para que enviem as suas “inquietudes”, o que gerou uma dimensão e um recebimento de cartas muito maior do que em 1946.

Ainda com relação aos marcos, também precisamos destacar o papel da propaganda peronista em ambos os momentos, que contribuía não apenas para divulgar o plano em livros, cartilhas, jogos e revistas – como a *Mundo Peronista* –, voltados para os Planos Quinquenais, como também para mostrar a importância da participação dos trabalhadores, a efetividade de algumas das propostas enviadas e o próprio apoio dos trabalhadores ao governo de Perón.

A partir destes marcos, Perón recebeu mais de 70 mil cartas, escritas principalmente por argentinos, que foram recebidas inicialmente pela Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência (ST), que posteriormente seria transformada em Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência (MT). Apesar das especificidades, consideramos os “convites” para os trabalhadores enviarem seus comentários e “inquietudes” como um chamado político e pessoal de Perón.

Para nós, o significado deste chamado deve ser interpretado de forma profunda e ampla, em que se estabelece a relação direta e pessoal entre Perón/governo e os trabalhadores/povo. O diálogo “direto” com o presidente argentino nos permite, mais do que notar as circularidades, apropriações e ressignificações do discurso peronista, refletir sobre as múltiplas percepções do “fazer-se” dos trabalhadores, tal como os distintos “papéis” assumidos em um determinado momento da história política

argentina. Assim, ao invés de estudar somente a recepção do discurso peronista pelos trabalhadores, envolvendo propaganda política e os próprios discursos políticos de Perón, consideramos mais interessante estudar a produção de sentidos por estes trabalhadores, tentando associar uma série de elementos que surgem nas cartas como a compreensão da conjuntura em que estão inseridos, a percepção de si diante do novo momento, os distintos papéis assumidos por estes trabalhadores enquanto sujeitos históricos e as relações com o governo peronista, considerando as distintas conjunturas do primeiro e do segundo governo de Perón.

Desde a perspectiva governamental, o chamado político de Perón pode ser compreendido como mais um instrumento da propaganda política, que contribuiu para a construção da imagem de Perón e do governo peronista, como um governo justicialista e voltado para as classes populares. No entanto, desde a perspectiva das classes populares e, mais especificamente, dos trabalhadores, que é o que mais nos interessa, o mesmo pode ser compreendido como um espaço e um momento em que poderiam expressar suas práticas, suas ideias e inquietudes, enquanto sujeitos históricos. Como ressaltou Acha:

Las cartas no fueron llanos medios portadores de mensajes prediscursivos que conquistaron materialidad en la escritura. Fueron ellas mismas, en su producción literaria, ejercicios de identificación, rituales de reconocimiento, escenas de subjetivación. La confección de una petición expone un sujeto enunciador, constituye un destinatario, califica la relación en una reconfiguración del vínculo. La práctica epistolar transfigura al sujeto y a sus representaciones.²

Concordando com o historiador argentino, sobretudo com relação à subjetivação e as representações dos sujeitos envolvidos, propomos o estudo do diálogo “direto” com o presidente da nação argentina procurando refletir sobre as múltiplas percepções do “fazer-se” destas pessoas comuns, tal como os distintos “papéis” assumidos em um determinado momento da história política argentina.

Do ponto de vista teórico-metodológico dialogamos com estudos gerais e específicos sobre cartas, pois consideramos que, em menor ou maior grau, ambos contribuem para refletirmos sobre as possibilidades de trabalho e interpretação das cartas¹³, assim como para criarmos uma maneira própria de análise destas cartas. Além destes, consideramos os estudos de Bronislaw Baczko⁴, sobretudo no que se refere à noção de imaginários sociais, pois, ao tomar como estudos de casos as revoltas camponesas do século XVI, a Revolução Francesa e o stalinismo, o autor

mostra que os imaginários sociais são construções históricas que evocam imagens, sejam elas palavras, objetos, sentimentos.

Apesar de Baczko se basear em outros estudos de caso, o autor contribui para pensarmos como os imaginários sociais são construídos, de que forma são utilizados coletivamente, inclusive orientando, transformando práticas, valores, normas e mobilizando socialmente afetos, emoções e desejos. O autor também nos alerta sobre a importância de cotejar os imaginários sociais com os interesses e conflitos sociais e políticos, com as estratégias de poder, com as relações entre poder e representação, porque permitem mostrar a sua eficácia em termos de dominação simbólica.

Os estudos de Edward Thompson e Carlo Ginzburg são igualmente importantes para este trabalho.⁵ No caso do historiador inglês, o interesse decorre da reflexão do contínuo “fazer-se” dos trabalhadores, dando atenção especialmente ao papel das tradições culturais neste processo. Ademais, a proposta do que ficou conhecida como “história vista de baixo”, em que considera a narrativa dos outros sujeitos da história, que antes eram utilizados como “recheio” das histórias contadas, e passam a compor a centralidade destas histórias, isto é, como protagonistas da história, também nos auxiliam na reflexão. Já no caso do historiador italiano, nosso interesse é, sobretudo, pela noção de circularidade cultural e, mais especificamente, pelos trabalhos em que o historiador italiano demonstrou que as ideias não são produzidas apenas pelas classes dominantes e impostas, sem mediações, de cima para baixo. Em outras palavras, os trabalhadores, os camponeses e as “pessoas comuns” também produzem suas próprias ideias, crenças, valores e códigos comportamentais e, portanto, as ideias, longe de serem impostas por um grupo a toda a sociedade, circulam e, muitas vezes, são apropriadas e ressignificadas pelos diferentes grupos da sociedade.

Finalmente vale dizer que este texto, além de ter um caráter inicial, por compor algo maior, que é nosso projeto de doutorado encaminhado este ano ao Programa de História Social da Universidade de São Paulo, também tem um caráter exploratório, uma vez que procuraremos compartilhar alguns dos aspectos que consideramos mais interessantes nesta sondagem inicial das fontes. Para tal, este trabalho está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais: uma primeira em que apresentaremos a estrutura governamental, que propiciou a criação dos Planos e

recebia e respondia as cartas mencionadas, e uma segunda, que tratará especificamente das cartas enviadas.

Mi querido General Perón: a estrutura governamental

O governo peronista criou órgãos próprios para fortalecer, cada vez mais, o seu chamado político aos trabalhadores. Dentre os órgãos criados, destacamos: o Conselho Nacional do Pós-Guerra (CNP), que antecedeu à Secretaria de Assuntos Técnicos da Presidência (ST), posteriormente à própria ST e, finalmente, o Ministério de Assuntos Técnicos da Presidência (MT), criados, entre outros motivos, para atender o próprio “chamado político” de Perón.

De acordo com Patricia Berrotarán⁶, o CNP era uma instância técnico-burocrática que realizava estudos sobre a Argentina do período da Segunda Guerra Mundial e as possíveis consequências do final da Guerra, estabelecendo estratégias para o período do Pós-guerra, sobretudo nos âmbitos econômico e social. A partir destes estudos, o CNP propunha a instrumentalização de políticas econômicas e sociais, a partir de uma gestão coordenada e racional, que permitiria a redefinição e o impulso permanente das políticas públicas. Os estudos realizados pelo CNP, tal como as políticas propostas, consolidaram as ideias de planificação e planejamento dos âmbitos econômico e social da Argentina no período Pós-Guerra, que seriam amplamente utilizados como base do Plano de Realizações e Inversões para o Quinquênio 1947-1951, também conhecido como Plano Perón ou Primeiro Plano Quinquenal argentino.

Em 1946, o CNP seria substituído pela ST. Apesar da vinculação ao poder Executivo, Berrotarán⁷ afirma que a Secretaria tinha amplas competências, como planificação, coordenação e execução de todas as questões vinculadas às esferas financeira, econômica e social. Em 1946, Perón designou José Figuerola como responsável pela ST, que era destinada a decidir e formular políticas econômicas e sociais, tal como elaborar e implementar um Plano de Governo para os próximos cinco anos.

Desde a coordenação da ST, Figuerola estabeleceu dois tipos de ações: a instituição de Conselhos como instância de construção de consensos transversais e

a solicitação aos Ministérios, para que enviassem propostas e planos das respectivas áreas para serem reelaboradas pela ST sob a forma de Plano de Governo. Ainda de acordo com a autora, apesar da ideia de planificação de Figuerola ser idealizada como um processo coletivo, construído pelo consenso da maioria, detectou-se, desde o início, fortes obstáculos para colocar em prática ideias tão divergentes.⁸

A diversidade de propostas e dificuldade de consenso sobre as mesmas refletiam a própria heterogeneidade de concepções e visões de mundo dos que compunham o governo e a sociedade argentina. As divergências apareciam desde a noção de “peronismo” até as concepções sobre o papel e atuação do Estado e da sociedade, dos trabalhadores, dos empresários e dos industriais, e até os objetivos e finalidades das políticas sociais, as relações entre capital e trabalho, as medidas econômicas, entre outros.

Foi sob o pretexto desta diversidade que Figuerola, desde a ST, e Perón, como presidente da nação, apresentaram a decisão final do que foi proposto a partir do que consideravam mais adequado. No dia 21 de outubro de 1946, Perón e Figuerola apresentaram o Plano do Governo ao Parlamento.

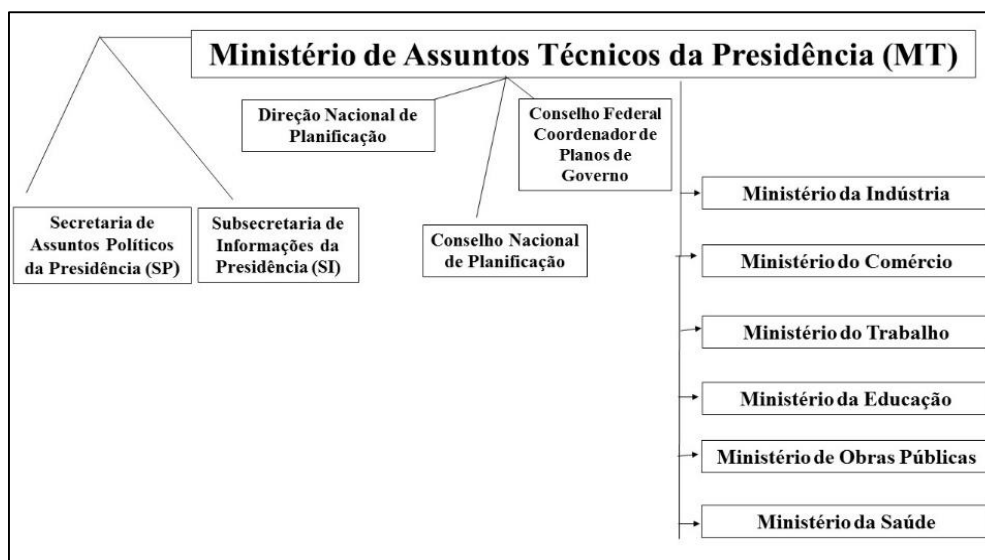
Além de apresentar o Plano para o Parlamento, Perón também convocou encontros com determinados setores da sociedade argentina, como a *Central General de los Trabajadores* (CGT), alguns sindicatos de trabalhadores e com professores universitários, a fim de apresentar, explicar e solicitar pareceres e sugestões dos trabalhadores sobre o Plano do Governo. Outra forma de divulgar o Plano foi por meio da intensa propaganda política do período. É também neste momento que as cartas que estudamos começam a ser enviadas para Perón.

Os documentos analisados nos permitem notar que a ST era articulada com outros dois órgãos que eram relacionados diretamente ao Poder Executivo: a Secretaria de Assuntos Políticos da Presidência (SP) e a Subsecretaria de Informações da Presidência (SI), responsável pelas publicações sobre o Plano Quinquenal, que acabou promovendo a explicação do Plano, das mais distintas formas, e a propaganda política sobre o mesmo.

Posteriormente, o ST seria transformado em Ministério de Assuntos Técnicos, ficando responsável pelo recebimento das cartas a partir de 1951. A partir da sondagem inicial dos documentos é possível notar que o Ministério era um aperfeiçoamento da então extinta ST. O MT foi pensado como uma estrutura ampla,

que também estava articulado com a SP e SI, e agregava um número considerável de funcionários. Ademais, o MT deveria estar articulado com outros Ministérios, como os de Indústria, Comércio, Trabalho, Educação, Obras Públicas e Saúde, como podemos ver conforme o esquema abaixo:

Esquema 1: Estrutura governamental que recebia as cartas no segundo governo de Perón.



Fonte: Desenvolvido pela autora.

De acordo com Omar Acha⁹, três cópias das cartas deveriam ser enviadas, sendo que uma era para Perón, outra era para a Direção de Planificação e a terceira para o Ministério de Assuntos Técnicos. Ainda de acordo com o historiador, a enorme quantidade de pedidos obrigou o governo a prorrogar o prazo do segundo momento de recebimento das cartas, que se iniciara com o mencionado discurso de 3 de dezembro de 1951, até o último dia de janeiro de 1952.

Com relação ao segundo momento, as cartas eram recebidas pelo MT que, por sua vez, encarregava alguns funcionários de ler, grifar de vermelho e escrever um breve relatório sobre a carta em que constaria, de forma objetiva, o remetente, o tema, o assunto e o Ministério a que a mesma deveria ser encaminhada. Os responsáveis pelos Ministérios que recebiam as cartas deveriam fazer um novo relatório, constando de uma síntese, considerações e conclusões. Caso a sugestão interessasse ao Ministério, era aberto um processo, com uma pasta especial para a sugestão. Ademais, era enviada uma carta ao remetente, solicitando audiência e posteriormente

um parecer sobre a audiência. As sugestões mais adequadas, em teoria, seriam incorporadas ao Segundo Plano Quinquenal.

Por outra parte, os remetentes recebiam uma carta em que eram saudados, recebiam o agradecimento do Ministro do MT por sua colaboração e uma satisfação sobre a sugestão ou solicitação enviada. Sendo as solicitações atendidas ou não, consideramos que o mecanismo de escrita e resposta, que propiciaram um diálogo direto entre Estado, via governo e Perón, e trabalhadores, constituíram, a nosso ver, um espaço de legitimação conformado pelo governo e pelos trabalhadores. A seguir, veremos a forma como os trabalhadores produziram este espaço de legitimação.

Mi querido General Perón: convites, solicitações, projetos e comentários para os planos quinquenais

No livro *A formação da classe operária inglesa*, Thompson analisa como os trabalhadores ingleses vivenciaram a Revolução Industrial e seus impactos. Logo na introdução da obra, o historiador inglês justifica o uso do termo “fazer-se”: “porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos.”¹⁰ Mais do que o conceito, o que nos interessa nos estudos deste historiador é como ele entende classe – como um fenômeno histórico, dinâmico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência – e a forma como lida com os trabalhadores em seus estudos. Deste modo, Thompson enxerga a classe como algo que ocorre efetivamente e que pode ser demonstrada nas relações humanas, que são compostas por pessoas e contextos.

Considerando as particularidades e especificidades dos estudos de caso analisados pelo historiador inglês e por nós, Thompson contribui para olharmos a formação social e cultural dos trabalhadores argentinos, inseridos em um determinado contexto sócio-histórico. Formação por pensarmos que seria mais interessante entendermos estes trabalhadores dentro de um processo histórico específico, o Primeiro Peronismo, em que os trabalhadores viveram e atuaram de acordo com suas necessidades, demandas e limites.

Também concordamos com Thompson quando este afirma que se examinarmos os trabalhadores durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. Deste modo, na

análise de nossas cartas nos nortearmos pelas percepções de si, do momento e do governo peronista, para a atuação dos trabalhadores diante da conjuntura em que estavam inseridos e das próprias propostas ao projeto político peronista, o que contribuirá para observarmos alguns componentes comuns, compartilhados pelos trabalhadores, e outros diferentes, próprios da diversidade destes trabalhadores.

Com relação aos remetentes, encontramos homens e mulheres, que escreveram individual ou coletivamente, representando associações, sindicatos, comerciantes, industriais e clubes esportivos, provenientes de toda a Argentina. De maneira geral, a grande maioria das cartas tinha a seguinte estrutura: saudação inicial à Perón; apresentação em que constavam nome e sobrenome do remetente, número de identificação, número da carteira peronista, sede a qual pertencia, cidade e endereço; os comentários, no caso das cartas enviadas no primeiro governo peronista, e as inquietudes (em forma de convites, solicitações, projetos e comentários), no caso das cartas enviadas no segundo governo peronista; e um encerramento. A carta abaixo é de 02 de março de 1953 e ilustra uma das formas de autodescrição mencionada:

El que suscribe; Oscar Domingo Bravo, argentino de 37 años de edad, libreta de enrolamiento No. 381.180, cédula de identidad No. 1.636.783 de la Capital Federal, carnet peronista No. 691, de la sección de Rosario, domiciliado en la calle Rioja 834 de la ciudad de Rosario, Pcia de Santa Fe; se dirige a Su Excelencia el Presidente de la Nación, adhiriéndose al Segundo Plan Quinquenal y como argentino agregando un grano de arena a la colosal obra del Justicialismo (...).¹¹

Vale dizer que, embora encontremos um formato estrutural da escrita, as formas utilizadas para a escrita de si, para a percepção da conjuntura em que estavam inseridos, bem como a forma de atuação e participação escolhida pelos remetentes foram muito diversas. Dentre os elementos que podem ser mencionados nesta primeira análise estrutural das cartas, notamos que a percepção de si para a resposta à pergunta “quem sou eu”, “de onde falo”, através da descrição minuciosa, por vezes foi construída não apenas a identificar-se como argentino, mas também como peronista. A ordem destes elementos – peronista e argentino ou argentino e peronista – também revela os distintos significados atribuídos ou mesmo as implicações destes termos para os trabalhadores, assim como as formas utilizadas para legitimar a escrita e o envio da carta, a partir destes distintos “lugares”.

A distinção de sentidos e usos dos termos mencionados e mesmo da ordem escolhida também estão relacionados às práticas e experiências concretas dos sujeitos históricos neste momento da história política argentina. Deste modo, também devemos levar em conta os distintos significados do chamado político de Perón, do diálogo “direto” com o presidente e da “participação”, direta ou indireta, no projeto político peronista, seja por meio de críticas e pareceres – como no Primeiro Plano Quinquenal –, seja por meio de sugestões e comentários ao projeto e ao governo de Perón para os trabalhadores, como no caso do Segundo Plano Quinquenal. O esforço de compreender estes aspectos mais amplos, de como as pessoas entenderam aquele momento, é necessário para o aprofundamento da análise e para a compreensão da produção de sentidos por estes trabalhadores.

Utilizaremos três exemplos de cartas do segundo momento do recebimento, a partir de 1951, para ilustrar as possibilidades de análise inspiradas nos aportes teórico-metodológicos mencionados.¹² Os remetentes enviaram cartas que classificamos inicialmente como convites, solicitações, projetos e comentários.¹³ Dos exemplos que discorreremos, selecionamos um de solicitação, um de projeto e um de comentário, pois consideramos os mais emblemáticos para refletir sobre as diversas inquietudes dos trabalhadores e as distintas formas que os sujeitos analisados perceberam e compreenderam a realidade que viviam, tais como as suas atuações naquele momento.

O primeiro é a carta de Pedro Hector Berton, desde Casilda – localizada a 17 quilômetros de sua terra natal, Fuentes –, casado e com dois filhos pequenos, trabalhador horista em uma subagência de telefonia do Estado. Em carta no dia 6 de dezembro de 1951, Hector Berton agradece o emprego oferecido por Evita, desde a então Secretaria de Trabalho e Previdência, mas solicita a abertura de uma fábrica ou de algum lugar para que ele e seus conterrâneos possam trabalhar com horário e salário fixo:

Ahora bien mi General: conozco y quiero a ese pueblo como a la vida misma, tengo allí todas mis amistades y familiares, siempre soné con verlo progeso a mi Pueblo, pero desgraciadamente no hay un medio de vida donde esos obreros puedan trabajar durante todo el año, que sería la felicidad de todos ellos y el progreso de todos, y a la vez el progreso de esta Nueva Argentina. Mi General, no quiero decir con esto, que los obreros pasan hambre, al contrario, desde que yo recuerdo nunca han estado mejor que ahora; lo que yo quiero y pienso, que si allí pudiera instalarse una fábrica...en fin, algo donde puedan trabajar 30-50 o 100 obreros, entonces había más comercio, más vida, más trabajadores felices, más hogares contentos, en fin mi

General, no sé como especificarlo, pero siempre soñé con los pobres de mi pueblo.¹⁴

Pedro constrói seu argumento a partir da relação estabelecida entre a felicidade e o progresso de seus conterrâneos com os do povo argentino. Mesmo o pedido coletivo reforça a ideia do indivíduo como parte de um todo. Outro aspecto que vale ser observado, seja como percepção do trabalhador ou uso do discurso peronista, ou mesmo uma combinação dos dois, é a de que este novo momento proporcionou aos trabalhadores um momento melhor que o anterior, o “velho”, em que se proporcionou não apenas melhores condições econômicas e sociais, como também a participação política. Deste modo, para Pedro, a sua contribuição para a “nova Argentina” era a sugestão de uma fábrica, que ampliasse a felicidade e o progresso da Argentina.

Nas cartas analisadas, encontramos grifos vermelhos, como aparecem em alguns dos trechos extraídos. Consideramos que tais grifos foram realizados pelos funcionários do Ministério, para que os demais documentos fossem produzidos, como o registro das cartas por temáticas e o encaminhamento a outros Ministérios. Observando tais marcas, podemos notar que eram destacados a razão ou o objetivo da escrita e os “efeitos” que poderiam gerar caso eles fossem atendidos. Vale dizer que encontramos a carta resposta “padrão” do governo, mas ainda não encontramos os desdobramentos da solicitação.

No tocante aos projetos, alguns tinham caráter de dimensão simbólica associada à construção de monumentos para a “Nova” Argentina, como é o caso do Arco do Triunfo. Em carta, Pascual De Carlo, aposentado, escreve de Buenos Aires, no dia 4 de julho de 1952, sugerindo a construção do monumento:

Es hora de que se levante, pues le exige vuestro pueblo, que sumamos millones Señor que reconocemos ser felices con vuestro gran gobierno le exige la nueva ARGENTINA HOY LIBRE, JUSTA Y SOBERANA. Lo pide señor la INDEPENDENCIA ECONOMICA DEL PAÍS, y le piden todos los que trabajan por la incalculable conquista JUSTICIALISTA que nos habéis dado. QUEREMOS SEÑOR EL ARCO DEL TRIUNFO. Para perpetuar en el en ambas fachadas las estatuas de los libertadores de la esclavitud y fundadores del Justicialismo Protector del Trabajo y de la Justicia del ser humano.¹⁵

Como podemos notar, o projeto atingiria, além de uma dimensão material, uma dimensão simbólica, que era a de demarcar o “novo” momento, a “nova” Argentina, tanto quanto a de perpetuar este momento, os principais nomes e suas realizações, no presente e no futuro. Além disto, os lemas do governo são expressos em letras maiúsculas, como se reproduzisse também a exaltação de Pascual de Carlo diante

das realizações peronistas. Também é interessante observar que, dentre uma gama de possibilidade de monumentos, Pascual de Carlo sugere um já existente na França, que está associado às vitórias de um determinado momento específico da história francesa.

Apesar das distintas conjunturas, se tomarmos a sugestão de Pascual de Carlo em um sentido mais amplo, podemos associá-la à própria noção de vitória do justicialismo no governo de Perón e, no sentido mais restrito, à divulgação desta vitória para os argentinos e para os demais países do mundo. Emblemático também é a questão de quem usufruiria e de quem deveria auxiliar na construção e manutenção do monumento:

¿Y como se sufragarian los gastos que demandaría esta colosal? [...] Todos los beneficiados en general deberíamos contribuir que sería nuestra obligación señor...Habría que empezar, por los señores Ministros, por los Magistrados, por los Senadores, por los Diputados, por los Patronos, por todos los que trabajan a sueldo, por los Jubilados, por los industriales, por los comerciantes y por los rentistas y en esta forma con un poco de buena voluntad sobre plata para poder hacer una colosal obra que los buenos ciudadanos pedimos y que se debe de hacer. UN DÍA DE TRABAJO DE CADA UNO NO HACE MAL A NINGUNO.¹⁶

Para Pascual de Carlo, todos os argentinos que foram beneficiados por tais obras deveriam contribuir para ver perpetuada este “novo” momento, sendo o projeto sua maior contribuição a “nova” Argentina. O que nos chamou mais a atenção é a frase final, também em letras maiúsculas, em que reafirma o trabalho da coletividade para a construção do monumento. Com relação às marcas em vermelho, sugerimos, novamente, que as mesmas tenham sido realizadas pelos funcionários do Ministério.

Outra abordagem das cartas encontradas e sugeridas por nós é a dos comentários. Estes englobam tanto elogios e críticas relacionados ao governo peronista, aos Planos Quinquenais, como também denúncias dos “traidores da pátria”, os não peronistas, que é do que trataremos neste momento. A construção das imagens mencionadas – “traidores da pátria” e “não peronistas” – implicava a produção de dois imaginários coletivos opostos: o do “nós”, peronistas, pertencentes à nação argentina e ao projeto político do peronismo e do governo, em contraposição a um “eles”, não peronistas, que não queriam pertencer à nação argentina por não estarem de acordo com as propostas do peronismo, de maneira mais ampla, e do governo, de maneira específica. Os comentários encontrados variam de delações dos “traidores” a sugestões para que os mesmos fossem excluídos da sociedade,

demitindo estas pessoas de cargos de funções públicas e, em alguns casos, de fábricas, comércios, entre outros, pois prejudicariam o progresso da “nova” Argentina.

Nestes momentos, também fica mais evidente a sustentação da legitimidade do envio das cartas a partir da relação entre a identidade nacional, ser argentino, uma das identidades sociais, e ser trabalhador com a identidade política, ser peronista. Ademais, foi também nestes momentos que alguns estabeleciam as diferenças dentro da identidade política mais ampla “peronista”. Desta forma, os remetentes distinguiram os peronistas das “antigas”, ou seja, aqueles que estavam com Perón desde o 17 de outubro de 1945, e os “novos”, isto é, aqueles que se aproximaram de Perón a fim de atingir seus interesses próprios e para obter privilégios com sua “amizade”. Estas distinções aparecem, sobretudo, no segundo governo de Perón, momento em que a conjuntura era marcada por uma crise econômica, pelo aumento das greves dos trabalhadores e pela morte de Eva Perón.

A conjuntura do segundo governo contribuiu para evidenciar a oposição entre este “nós” pleno, substancial, que coincide com o coletivo “argentino”, “pátria”, e um “eles” pleno, racional, que coincide com o coletivo “antiargentino”, “antipátria”. As razões das acusações dos “traidores” da pátria variaram desde o próprio desacordo com as políticas, que surgiam nas conversas no trabalho, como o não uso de símbolos ou de enaltecimentos do governo em questão – isto é, o silêncio também era uma forma de traição –, até àqueles que não ficaram de luto, vestidos de preto, no mês em que Evita faleceu, em 1952. Ilustraremos o que afirmamos a partir de um exemplo mais radical, do militar José Cabrera, cuja carta é de Buenos Aires, do dia 9 de agosto de 1952. Na carta, ele acusa a traição e, posteriormente, sugere uma forma de repreender os traidores:

(...) Ahora bien señor: a mi juicio y en base a lo expuesto voy a enumerar lo que debe hacerse en bien del país, del gobierno revolucionario y de la persecución de la obra de la egregia muerta [Evita] como así también del pueblo y es lo siguiente: 1-) Intimidar a todos y a cada uno de los funcionarios, empleador y obreros de todas las reparticiones del Estado que no se sientan cómodos en sus puestos por no ser peronistas, renuncien en el plazo de 30 días, terminados los cuales se les dejará cesantes; todos ellos deben estar bien catalogados (...).¹⁷

Deste modo, a sugestão é que aqueles que não são peronistas sejam intimidados a renunciar seus próprios cargos de trabalho, tal como sejam mapeados. A recorrência de denúncias, sobretudo a partir de 1952, é alta e é acentuada em 1955.

Selecionamos estes exemplos, pois consideramos que os mesmos revelam algumas das inquietudes e solicitações destas pessoas relacionadas ao grupo, ao coletivo; as percepções das distintas conjunturas e os papéis que poderiam ser exercidos neste “novo” momento e no governo peronista; as apropriações do próprio discurso peronista, seja da propaganda do governo como um todo ou sobre Perón e Evita, como parte do elaborado argumento da solicitação; e as formas em que estas pessoas procuraram criar uma relação entre elas e o governo. Na sondagem inicial, apesar das particularidades das cartas, notamos três aspectos comuns: a intrínseca relação entre o ser argentino e o ser peronista, sendo que muitas vezes o segundo termo precede o primeiro; as sugestões e os projetos, em geral, ainda que tenham como remetentes indivíduos, são sempre voltados para o coletivo; e, finalmente, as distintas inquietudes revelam que todos os que escreveram queriam fazer parte da construção da “Nova Argentina”, possibilitada pelo diálogo “direto” com Perón, a partir da contribuição aos Planos Quinquenais.

Com relação ao compartilhamento de termos e expressões comuns entre os trabalhadores e Perón e mesmo as apropriações dos lemas peronistas, vale destacarmos o modo como Ginzburg trabalhou a noção de circularidade cultural. No prefácio da edição italiana do livro *O queijo e os vermes*, o historiador italiano, ao tratar dos obstáculos para as pesquisas sobre as “culturas subalternas”, de algumas destas pesquisas e da forma como algumas foram realizadas, introduz a noção de circularidade cultural inspirada também no livro de Mikhail Bakhtin sobre o carnaval.

Para Ginzburg, apesar da dificuldade em encontrar fontes produzidas pelas “classes subalternas”, sobretudo quando se pretende estudar a Idade Média, os pesquisadores devem tentar encontrar as brechas em seus documentos, como fez Bakhtin ao estudar Rabelais e a cultura popular do seu tempo. Ainda, segundo Ginzburg, Bakhtin mostrou, a partir do carnaval, a circularidade e a influência recíproca entre “cultura subalterna” e cultura hegemônica na primeira metade do século XVI. Ademais, o historiador italiano chama a atenção para a forma como Bakhtin trabalhou o tema, afirmando: “os protagonistas da cultura popular que ele tentou descrever – camponeses, artesãos – nos falam quase só através das palavras de Rabelais”, ou seja, mesmo em fontes indiretas, não “objetivas”, é possível estudar as “culturas subalternas”¹⁸.

A partir deste exemplo, Ginzburg adéqua a noção a um de seus temas de pesquisa em que pretendeu entender o que a bruxaria era na realidade para seus protagonistas – bruxas e bruxos – a partir dos processos contra bruxaria entre os séculos XVI e XVII. Naquele momento, diante dos obstáculos da própria documentação, foi-lhe imposta a reflexão sobre até que ponto os elementos da cultura hegemônica, encontrados na “cultura popular”, são frutos de uma aculturação mais ou menos deliberada ou de uma convergência mais ou menos espontânea. Os obstáculos e a reflexão foram tratados a partir da descoberta de uma brecha, a crença dos *benandanti*, e na discrepância das perguntas dos juizes e respostas dos acusados, onde encontrou um estrato profundo de crenças populares substancialmente autônomas.

A questão da circularidade cultural também nos foi colocada por nossas fontes. Considerando as particularidades dos casos analisados e tomando a noção e o modo de trabalho de Ginzburg com relação à circularidade cultural, nosso objeto de pesquisa e nossas fontes também nos impõem a reflexão da questão sobre até que ponto o uso de termos, expressões e dos imaginários políticos presentes nos discursos de Perón e na própria propaganda política peronista pelos trabalhadores se trata de uma aculturação, de uma influência mútua, baseada em uma convergência mais ou menos espontânea, ou mesmo de um modo de luta de parte destes trabalhadores, que se apropriou do discurso peronista para apresentar e conseguir legitimar suas próprias demandas. Para estudar a relação entre supostos “dominadores” e “dominados”, Thompson e Ginzburg contribuem para pensarmos como os “dominados”, mesmo diante de limitações, encontraram brechas para atuarem.

Deste modo, parece-nos mais interessante trabalhar com a segunda e a terceira hipótese, como uma influência mútua entre governo e trabalhadores, a partir de uma convergência mais ou menos espontânea de ideias, interesses, entre outros, e como “arma” política, que produz formas muito específicas dos usos dos termos, expressões e dos imaginários políticos peronistas pelos trabalhadores.

Com relação à influência mútua, vale lembrar que, na Argentina, este aspecto é notável, pois a retórica do discurso peronista utilizou dos hábitos, costumes, aspirações e demandas dos trabalhadores para conformar um novo discurso para os

trabalhadores quando comparado ao dos governos anteriores ou das correntes da época, como a comunista.¹⁹

Neste sentido, a produção de sentidos, de aspectos e de códigos compartilhados por ambas as partes – pelo governo peronista, via Perón, e pelos trabalhadores – faz com que consideremos mais atraente pensar em como se conformou uma noção própria sobre o peronismo pelos trabalhadores a partir de leituras, apropriações e ressignificações de significados e sentidos próprios e particulares.

Vejamos dois exemplos de cartas dos trabalhadores para ilustrar o que afirmamos. A carta é de Aristide Pistachia, desde Rosario, do dia 17 de dezembro de 1952, que oferece um plano de casa própria para os trabalhadores argentinos e imigrantes:

Como buen argentino y mejor Peronista, quiero colaborar con vuestra noble y jamás igualada acción de gobierno. Soy como su Excelencia veía, unos de sus fieles alumnos. Ud hizo de los trabajadores Argentinos hombres de provecho, cultos y de una moral elevada; inculcó e inicio un camino que será para el resto del mundo, una política nueva o un sistema de gobierno envidiable, mientras las Democracias y los Comunistas tratan unos con otros de sobreponerse para asi poder dominar y esclavizar al mundo; en cambio, el gobierno de Perón, rompe las cadenas de la esclavitud, educa a la clase obrera y les da una nueva política, reforma las leyes no en favor de nadie, sino, con justicia, como por obra de Dios; Guiado por sus nobles consejo, he proyectado un plan para vivienda propia , el cual sería una solución para combatir la escasez de la misma, y permitir a nosotros los trabajadores realizar el tan anhelado sueño de la casa propia; beneficiando al mismo tiempo a la inmigración que tanto necesita nuestro país, y acrecentando una obra de vuestro excelente gobierno.²⁰

O fragmento selecionado por nós é marcado por uma série de expressões – “buen argentino y mejor peronista” – e de imaginários políticos peronistas – como a própria noção do papel de Perón para o desenvolvimento dos trabalhadores ou das diferenças entre o justicialismo e os outros modelos existentes, democracia e comunismo – que foram apropriados, ressignificados e utilizados por Aristide com um fim distinto do governo. Neste sentido, para nós, este exemplo ilustra como o próprio discurso peronista circulou e foi utilizado de distintas maneiras e, neste caso, inclusive para legitimar o envio da carta e do projeto pelo trabalhador. Isto é, Aristide só escreve e propõe sua ideia por compartilhar a dupla identidade – nacional e política –, os valores, as expressões e as ideias do projeto político peronista.

Ainda com relação às apropriações de lemas peronistas e do discurso político de Perón, vejamos o fragmento da carta de Laurentino Salazar, auxiliar de correios, de 30 de dezembro de 1951, na qual sugere a construção de chácaras justicialistas:

Visto, los deseos de nuestro gran Presidente que quiere que su pueblo diga a su criterio, en el Segundo Plan Quinquenal lo que conviene para el engrandecimiento de la patria, en esta Nueva Argentina Peronista, y como todo buen criollo, que desea el engrandecimiento económico del país, debe cooperar con nuestro Presidente para afirmar en cimientos solidos y duraderos la Independencia Economica, la Soberanía Política y la Justicia Social, que al decir del General Perón la grandeza de la patria se hará con el trabajo fecundo de sus hijos. En consecuencia presento este proyecto con título de Chacra Justicialista (...) se resolvería las aspiraciones de miles de empleados nacionales, en su carácter de los mismos, nunca pudieron formar un capital para dedicarse en algo productivo y hoy con la Nueva Argentina y la visión de Nuestro Presidente, para el Segundo Plano Quinquenal.²¹

O trecho destacado contém uma série de elementos que podem ser comentados. O primeiro é a possibilidade e o significado da participação política dos trabalhadores, a partir de um chamado político, na estruturação de um plano econômico para a Argentina. O segundo está relacionado à própria configuração da escrita, que seja por compreensão ou apropriação das noções de novo país e de outros códigos peronistas para justificar a sugestão. Emblemático também é o uso de outras expressões recorrentes no discurso peronista como engrandecimento da pátria, engrandecimento econômico do país, além do mais famoso lema peronista, “Independência econômica, soberania política e justiça social”, legitimando o próprio projeto enviado por Laurentino Salazar. Ou seja, o próprio discurso peronista é utilizado para a construção do envio do projeto, a partir da combinação do trabalho de todos com a cooperação para a grandeza da nação.

O terceiro aspecto é o próprio projeto que é algo para o coletivo, uma chácara, associado, novamente, às tônicas peronistas, seja na ideia de Nova Argentina, como na da inserção social e participação política dos trabalhadores.

Como podemos ver, as mensagens do discurso peronista ou mesmo o ser peronista não chegam da mesma maneira e não significam a mesma coisa para os trabalhadores. Eles se apropriam e ressignificam, a partir de suas experiências e vivências, isto é, nas suas práticas. Daí a importância de compreendermos o que significaria para estas pessoas ser peronista, uma vez que é algo recorrente e que pode ter distintos significados e sentidos, associados tanto à identidade pessoal, à identidade coletiva, à identidade nacional e ou à identidade política.

Considerações finais

Neste estudo inicial, procuramos analisar a construção dos imaginários sociais pelos trabalhadores, a partir da prática epistolar, no Primeiro Peronismo. Como mencionamos na introdução deste texto, buscamos, no momento, explorar e compartilhar alguns dos aspectos que consideramos mais interessantes nesta sondagem inicial das fontes.

A partir desta sondagem, percebemos que a construção dos imaginários sociais, tal como a produção de sentidos por parte dos trabalhadores, foi muito particular e heterogênea, ainda que tenha uma base comum, composta pelos projetos voltados para o coletivo, o desejo de fazer parte da construção da “Nova Argentina” ou o próprio fazer parte da “Nova Argentina”.

As aspirações e demandas convertidas em inquietudes dos trabalhadores, sobretudo a partir do Segundo Plano Quinquenal, também revelam as distintas formas pelas quais os trabalhadores se utilizaram para estabelecer o “diálogo direto” com Perón e o seu próprio “fazer-se” ao longo da conjuntura e do governo peronista. Ademais, as cartas revelam a relação tênue entre a identidade nacional e a identidade política, assim como os distintos papéis assumidos por estes trabalhadores, como forma de atuação e ação política diante do e no governo peronista, de sua relação com Perón e com a “Nova Argentina”.

Deste momento em diante, concentrar-nos-emos no aprofundamento da nossa análise. Para tal, buscaremos delimitar ainda mais os temas selecionados por nós, que estarão voltados sobretudo para as condições de vida e de trabalho, os projetos para a indústria e o comércio e as percepções, apropriações e ressignificações do peronismo e do justicialismo. Como mencionamos na primeira parte deste texto, também nos interessa analisar a estrutura governamental criada pelo governo peronista, relacionando-a com a própria legitimação da escrita, uma vez que os trabalhadores recebiam resposta do governo e, em alguns casos, tinham seus pedidos atendidos.

Finalmente, vale dizer que, embora a propaganda política tenha se utilizado destas cartas para produzir imagens de legitimidade, apoio e consenso político²², e os trabalhadores tivessem espaços limitados para atuarem durante o período, sobretudo os que discordavam do projeto político peronista, consideramos que as cartas

constituem um dos espaços que os trabalhadores atuaram politicamente, expressaram suas próprias percepções, demandas e aspirações, para além da simplificação de “dominantes” e “dominados”, encontrando brechas para exigir os direitos sociais, políticos e econômicos que tinham e que o governo, a partir de Perón, lhes prometeu.

¹ Para maiores detalhes ver: LAGO, Mayra Coan. Trabalhadores do Brasil, Mis Queridos Descamisados: a (re) invenção dos trabalhadores no varguismo e no peronismo. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Integração da América Latina) - Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo-SP. 2015.

² ACHA, Omar. *Crónica sentimental de la argentina peronista: sexo, inconsciente e ideología*, 1945-1955. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, p. 311.

³ Dentre os estudos com abordagens e temáticas gerais ou teórico-metodológicas sobre cartas figuram: GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella (Orgs.). *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; GOMES, Ângela de Castro (Org.). *A escrita de si, a escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004; MALATIAN, Teresa. Cartas-Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2015. Dentre os mais específicos que tratam da escrita de cartas pelos trabalhadores para governantes, destacamos: ACHA (Op. Cit.); DEZEMONE, Marcus. *Do cativo à reforma agrária: colonato, direitos e conflitos*. 2008. Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2008; FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1997; RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. *Um novo olhar para a roça: a questão agrária no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

⁴ BACZKO, Bronislaw. *A imaginação social*. In: LEACH, Edmund. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

⁵ No caso do historiador inglês, as seguintes obras são caras para nós: THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 13-24. Já no caso do historiador italiano, destacamos: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶ BERROTARÁN, Patricia. José Figuerola. El estádgrafo de Perón. In: REIN, Raanan; PANELLA, Claudio. *La segunda línea: liderazgo peronista 1945-1955*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Pueblo Heredero; Sáenz Peña: Universidad Tres de Febrero, 2013.

⁷ Ibidem.

⁸ Ibidem.

⁹ ACHA, Omar. Op. Cit.

¹⁰ THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 9.

¹¹ Archivo General de la Nación, fundo do Ministério de Asuntos Técnicos de la Presidencia (AGN-MT), caixa 455.

¹² Utilizaremos exemplos do segundo governo de Perón, pois constituem o maior número de fontes coletadas e analisadas até o presente momento.

¹³ Diferenciamos os aspectos mais amplos da seguinte maneira: convites, relacionados sobretudo a aspectos culturais, como feira de livros, entre outros; sugestões são os pedidos, de maneira geral; projetos são propostas combinadas com projetos para execução; e comentários tratam da relação das pessoas comuns com o regime peronista, a partir da percepção do momento.

¹⁴ AGN-MT, caixa 457.

¹⁵ AGN-MT, caixa 459.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ AGN-MT, caixa 460.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p. 15.

¹⁹ Daniel James (2013) mostrou como a retórica do discurso peronista tomava a consciência, os hábitos, os estilos de vida e os valores da classe trabalhadora tal como os encontrava e considerava-os como base suficiente para a rápida consecução de uma sociedade justa e igualitária. Para o historiador, tal retórica deixou o discurso peronista mais concreto e realista, sobretudo quando comparado com outros que anunciavam mudanças estruturais abstratas de longo prazo, dependendo de uma consciência apropriada da classe trabalhadora. Ver: JAMES, Daniel. *Resistencia e integración: el peronismo y la clase trabajadora argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

²⁰ AGN-MT, caixa 458.

²¹ Ibidem.

²² Sobre a construção das imagens de legitimidade, credibilidade e consenso ativo ou passivo por meio da propaganda política e dos rituais peronistas, ver: CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009; PLOTKIN, Mariano Ben. *Mañana es San Perón: propaganda, rituales políticos y educación en el régimen peronista (1946-1955)*. Sáenz Peña: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2013.